

Quando o Estado socorre os grandes e penaliza os pequenos



» VALDIR OLIVEIRA
Ex-secretário de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal

No Distrito Federal, o discurso oficial de apoio ao empreendedorismo convive com uma prática que revela profunda inversão de prioridades públicas. Enquanto grandes interesses econômicos contam com tolerância, benefícios fiscais e aportes bilionários de recursos públicos, o microempreendedor individual passou a ser tratado como alvo preferencial da sanha arrecadatória do Estado. O exemplo mais evidente dessa distorção é a cobrança da Taxa de Fiscalização de Estabelecimentos (TFE) dos MEIs. Essa cobrança não é apenas injusta. Ela é, na minha opinião, ilegal.

A Lei Complementar nº 123/2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, é clara ao assegurar tratamento diferenciado e favorecido ao microempreendedor individual. O §3º do artigo 4º determina a redução a zero de quaisquer custos relativos à abertura, ao registro, ao funcionamento, ao licenciamento, à vistoria e à fiscalização do MEI, incluindo taxas e emolumentos. Não há exceções nem espaço para interpretações locais que contrariem a norma federal.

É importante esclarecer um ponto jurídico frequentemente utilizado para justificar a cobrança.

Mesmo após a Lei da Liberdade Econômica, que dispensou atividades de baixo risco de licenciamento prévio, a Administração Pública mantém o poder-dever de fiscalizar a qualquer tempo. Isso, contudo, não autoriza a cobrança de taxas do MEI. A razão é objetiva: a LC 123 isenta o microempreendedor individual de qualquer taxa, seja por expedição de documentos, licenças, funcionamento ou fiscalização. A isenção decorre diretamente da lei complementar federal.

Esse entendimento foi reafirmado, em 2023, pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON) e pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), ao orientarem gestores públicos de que é indevida a cobrança de taxas do MEI, inclusive taxas de fiscalização. A insistência na cobrança afronta a legislação federal e desrespeita o modelo constitucional de incentivo aos pequenos negócios.

Apesar disso, o Governo do Distrito Federal mantém a prática. Inscribe microempreendedores na dívida ativa, promove protestos e adota medidas que, na prática, excluem o MEI do acesso ao crédito, inviabilizando a continuidade de milhares de atividades econômicas. Não se trata de classificação de risco, mas de ações administrativas que produzem exclusão financeira e empurram trabalhadores para a informalidade ou para o encerramento de seus negócios. O impacto arrecadatório da taxa é irrelevante no orçamento do DF; o dano econômico e social é profundo.

A inversão de prioridades torna-se ainda mais evidente quando se observa o banco estatal do Governo

do Distrito Federal realizar cerca de R\$ 12,5 bilhões em operações com o Banco Master, sem controles de compliance e gestão de riscos compatíveis com esse volume, adquirindo créditos de baixa qualidade ou de difícil recuperação. As mesmas estruturas que se mostram rigorosas com o microempreendedor individual foram incapazes de impor igual zelo a grandes operações financeiras, que acabaram gerando prejuízos bilionários ao Banco de Brasília. Para grandes agentes, tolerância; para o MEI, cobrança indevida, protesto e restrição de crédito.

A inversão se completa na política tributária. Em 2024, o GDF elevou a alíquota modal do ICMS de 18% para 20%, pressionando cadeias produtivas e afetando diretamente os pequenos negócios. Ao mesmo tempo, concedeu isenção de IPVA por cinco anos para veículos elétricos de alto valor, muitos deles inacessíveis à maioria da população. O recado é claro: alívio para quem tem mais, rigor para quem pode menos.

A Constituição determina que o Estado deve favorecer e proteger os pequenos negócios. No Distrito Federal, ocorre o oposto. Governos que fazem essa escolha não perdem apenas arrecadação irrelevante. Perdem legitimidade, corroem a confiança institucional e fragilizam a base produtiva que sustenta a economia local. Governar é definir prioridades. Esse caso no Distrito Federal não é apenas uma injustiça ou um simples debate sobre ilegalidades, é a face cruel de Governar para os mais ricos e dar as costas para os mais vulneráveis. É governar sem sentir a dor de quem sofre com a ausência da proteção dos que mais precisam do Estado.

Difícil ter um INSS para chamar de seu



» JOSÉ NATAL
Jornalista

Ainda vai levar um tempo para que o INSS (Instituto Nacional de Seguro Social) atenda, de fato e de direito, os quase 41 milhões de brasileiros segurados e pensionistas, oferecendo a eles o esperado atendimento rápido e eficiente. Abarrotado de processos de toda ordem, pedidos de aposentadorias, auxílio doença, auxílio desemprego e benefícios que exigem uma infinidade de trâmites burocráticos, o Instituto, ano após ano acumula pilhas de problemas e por mais que anuncie providências, filas enormes insistem em levar desconforto e angústia a uma comunidade carente.

A opção digital do site MEU INSS limita recursos, impede argumentações do usuário e, não raro, dificulta o entendimento de idosos, em grande parte como o público alvo. Alegando necessidade de modernizar o sistema de atendimento ao público nos últimos dias de janeiro, o órgão suspendeu procedimentos e gerou transtornos e muitas cobranças. Após o evento, mais reclamações e a rotina de justificativas vazias de conteúdo, amontoado de desculpas e no centro de tudo isso o pensionista, como sempre o mais prejudicado.

Ainda se refazendo do estrago causado pelo lamentável episódio dos descontos indevidos aplicados a segurados, e ainda às voltas com as investigações de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), o Instituto emite tímidos sinais de que as medidas administrativas em curso oferecerão bons resultados a curto prazo. A lista de queixas é vitaminada, não para de crescer, e sempre é renovada. Usuários pedem mais postos de atendimento, um maior número de atendentes nas unidades nas capitais e grandes cidades, e também menos burocracia e agilidade nas respostas a processos encaminhados.

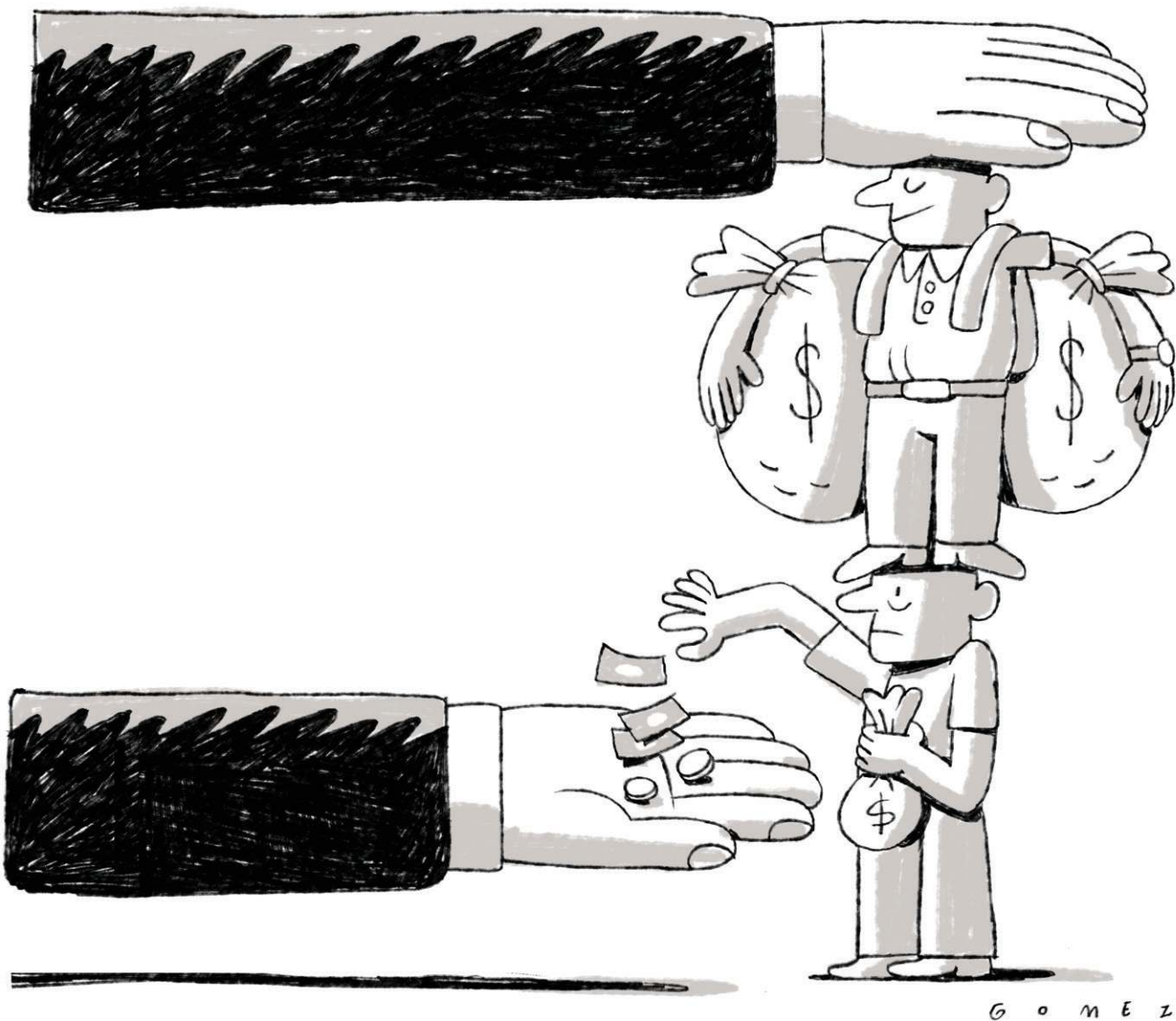
A utilização do ramal 135 como único recurso em apoio a utilização do site também é questionada. A cobrança para que se instale e se utilize mais recursos telefônicos é registrada com robusta insistência, e até agora ignorada. O tempo médio de espera para quem se utiliza do ramal 135 nunca é inferior a 15 ou 20 minutos, motivo cristalizado da queixa. Servidores de órgãos públicos e empresas particulares, vítimas de acidentes, e que precisam de avaliação médica para que recebam o auxílio doença também engrossam a relação de queixosos, uma vez que essa demora causa inevitável prejuízo financeiro a todos eles.

Sabidamente, o número de profissionais de saúde destinados a essa função no INSS é considerado insuficiente em muitas cidades brasileiras, notadamente no interior do País. Desde que foi criado em junho de 1990, pelo Decreto 99.350, pelo Ministério da Previdência Social, ainda no Governo José Sarney (substituindo o INPS - Instituto Nacional da Previdência Social) o INSS trabalha com um universo operacional gigantesco, no atendimento a infinitas camadas sociais, sempre em crescimento. Dados oficiais confirmados pelo próprio instituto apontam que somente no ano de 2024, 6,9 milhões de benefícios foram concedidos pela entidade, feito que apontou um recorde histórico de atendimento.

Outro registro apontado pelo órgão, como alerta e preocupação, indica que somente no ano de 2025, 4,1 milhões de pessoas, após perícia efetuadas pelo INSS foram afastadas do trabalho. Muitas em definitivo. O gigantismo de ações que envolve tudo ao redor do INSS chama a atenção, daí a necessidade de redobrada atenção e a busca de competência profissional. Segundo técnicos do Instituto, está na Região Sudeste a maior concentração de beneficiários, girando em torno de 13,4 milhões de pessoas. A Região Norte do país, com 1,5 milhões está entre o menor público usuário.

Outro dado registrado, com alterações frequentes, apontam que o número de mulheres que recebem benefícios da previdência social é bem inferior ao número de homens. Os últimos levantamentos apontam 12 milhões de mulheres na lista de beneficiários. É fácil deduzir que, para que haja um índice de rendimento elevado e apresente aos usuários melhores resultados e respostas positivas, ainda há muita providência a ser tomada.

Alvo constante de críticas e sempre na mira rigorosa daqueles que mais precisam de seus préstimos, cabe aos responsáveis pelos caminhos da instituição cuidar melhor do que faz, e do que vai fazer. A comunidade mais interessada em que o INSS resolva essas questões também não se desliga do que hoje acontece no Congresso Nacional, atentos ao que pode resultar das investigações da já anunciada CPI. Até lá, muita expectativa e cobranças para que haja um INSS pra chamar de seu.



Carnaval não tem rivalidade, tem bandeira



» MOACYR DE OLIVEIRA FILHO
Jornalista, portelense, ex-presidente da ARUC, diretor de Jornalismo da Associação Brasileira de Imprensa (ABI)

Uma vez, Tia Surica, matriarca da Portela e integrante da Velha Guarda Show, criticou a cantora Teresa Cristina, que é portelense, por desfilir em outras escolas. A crítica da Tia Surica a quem se diz portelense, mas desfila em outras agremiações, não é antipatia pessoal, vaidade ou disputa pequena. É sobre bandeira — e bandeira, no samba, é coisa séria. Quando ela questiona essa postura, o que está em jogo não é o direito de circular, mas o sentido de pertencimento.

No universo do samba, identidade não é performance ocasional nem rótulo conveniente. Dizer ser de uma escola de samba carrega implicações históricas, afetivas e políticas. As escolas de samba não são apenas agremiações carnavalescas: são territórios simbólicos, memória coletiva, ancestralidade e resistência cultural. Empunhar — e defender — suas bandeiras exige compromisso e responsabilidade com a história que se carrega.

Mesmo as escolas se tratando como coirmãs — como disse Cartola em Sala de Recepção — “Aqui se abraça o inimigo como se fosse um irmão” — existe entre elas algo que, à primeira vista, pode ser confundido com rivalidade. Mas não rivalidade nos moldes

do futebol, marcada pelo antagonismo, pela hostilidade ou pela negação do outro. No futebol, além de comemorar as vitórias de seu time, se comemora, às vezes até mais, as derrotas dos rivais.

No samba, reconhecer e defender a própria bandeira não significa hostilizar as demais. Não se trata de hierarquizar escolas, diminuir trajetórias ou negar a legitimidade de outras histórias. Ao contrário: só quem tem identidade bem definida consegue respeitar plenamente a identidade do outro. O orgulho de pertencer não nasce da comparação, mas da consciência de origem. Defender uma escola é afirmar um vínculo — não disputar território com as demais.

Bandeira é identidade e compromisso. É posição no mundo. É o elo simbólico que liga o sambista à sua escola, à sua história e à sua comunidade. Em um país que historicamente tentou apagar vozes populares, a bandeira do samba sempre foi também um gesto político: afirmar quem se é, de onde se vem e a quem se pertence. Por isso, grandes nomes do samba sempre tiveram bandeira. Paulo da Portela e Monarco tinham bandeira. Cartola e Jamelão tinham bandeira. Djalma Sabiá, Haroldo Costa, Mestre André, Chiquinho e Maria Helena, Mestre Fuleiro e Dona Ivone Lara tinham bandeira. Tia Surica tem bandeira — e faz questão de honrá-la. Zé Catimba, Martinho da Vila e Selminha Sorriso têm bandeira.

Defender a própria bandeira é algo natural e quase sagrado para o sambista, porque essa defesa não é apenas estética ou competitiva: é histórica, ética e cultural. Não se defende bandeira contra alguém, mas por algo. Trata-se de fidelidade, não de exclusão. Trata-se

de responsabilidade com uma história coletiva que foi construída com sacrifício, resistência e afeto.

Isso não impede o respeito mútuo. Pelo contrário. Sambistas se respeitam, se visitam, se encontram em rodas, se apresentam juntos, se abraçam, trocam histórias e afetos. A convivência entre as escolas é marcada pela interação constante e pelo reconhecimento do valor da outra. Umas são madrinhas das outras. Mas quando chega a hora do desfile, do ensaio ou do discurso, cada um fala a partir do seu lugar, da sua escola, da sua bandeira.

O que muitos chamam de rivalidade é, na verdade, um exercício de identidade. Cada escola de samba defende sua bandeira não contra as outras, mas a favor de si mesma, da sua comunidade e da sua história. Não é um “tudo junto e misturado”, como ingenuamente acham alguns. É diferente de gostar de todas ou de se emocionar com todas. Isso é torcer. Ser, é outra coisa. O mundo do samba é feito de fronteiras simbólicas claras e respeitadas.

As escolas de samba compartilham a mesma raiz cultural e a mesma luta por sobrevivência e reconhecimento. Mas isso não implica no apagamento das suas identidades. O pertencimento permanece.

No samba, misturar-se não significa diluir histórias. A convivência não elimina a diferença. Cada escola ocupa seu lugar, sustenta sua bandeira e honra seus ancestrais. É justamente essa clareza de pertencimento e a recusa em abrir mão da própria história em nome de uma falsa neutralidade que permite o respeito mútuo e faz com que o samba seja coletivo, diverso e profundamente político.